

ACTA NÚMERO 24/XII/1ª SL

23.Novembro.2011 – 10h30

Aos 23 dias do mês de Novembro de 2011, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da acta

3. Comunicações do Presidente

4. Requerimento apresentado pelo BE, para a audição dos directores artísticos durante o ano de 2011, designadamente Diogo Infante (TNDMII) Luísa Taveira (CNB) Martin André (TNSC) e Nuno Carinhas (TNSJ), sobre a suspensão da programação por falta de verbas.

- **Apresentação e votação**

5. Requerimento apresentado pelo BE, para a audição do Director Geral das Artes, sobre a informação ontem vinculada, do corte de 40% face ao acordado para 2012, para a criação e produção artística.

- **Apresentação e votação**

6. Projecto de Resolução n.º 120/XII/1ª – BE - Recomenda ao Governo medidas que desencorajam praxes violentas e que apoiam os estudantes vítimas dessas praxes.

- **Discussão em Comissão**

7. Petição n.º 43/XII/1ª – António Jorge Dias da Costa - Solicitam à Assembleia da República que delibere no sentido de ser reconhecida a experiência profissional dos docentes com mais de 16 anos de serviço docente, actualmente posicionados no 4º escalão, isentando-os da obrigatoriedade de terem aulas observadas

- **Apreciação e votação do Relatório**
- Deputada Relatora: Isilda Aguincha - PSD

8. Audiência ao Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas – 11h00

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

Dia 23.Novembro.2011 - 14h30 - Audiência com a Associação Nacional de Professores de Informática

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação das actas

As actas da reunião ordinária da semana passada e bem assim das audições dos membros do Governo no âmbito do OE (actas n.ºs 20, 21, 22 e 23) foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente da Comissão referiu que foram distribuídos os relatórios das audiências de investigadores do LNEC, do investigador pós-doutorado José Costa Nunes e da FAJUDIS - Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém – e questionou se pretendiam introduzir alguma alteração, não se tendo verificado intervenções.

3.2. Pedidos de audiência

- ✓ A Associação de Professores de Geografia e a Associação de Professores de História remeteram uma Carta Aberta, conjunta, em relação às alterações que se perspectivam no ensino das 2 disciplinas, temática a aprofundar em reunião presencial. O Presidente da Comissão pôs à consideração a hipótese de as audiências serem feitas pelos Grupos de Trabalho ou pelos relatores, nos casos de se tratar de matérias da sua área de intervenção e só nas restantes situações se utilizar o sistema de deputado-piloto. Nessa sequência, foi consensualizado que a audiência das Associações seja feita pelo Grupo de Trabalho dos Currículos.
- ✓ Na sequência do pedido de audiência de investigadores, autores do Manifesto CIÊNCIA EM PORTUGAL, que foi subscrito por mais de 2.500 investigadores, sobre “*Cortes no OE/2012 para a investigação*”, foi consensualizado que a mesma será realizada pela deputada Ana Jorge, relatora da Ciência, em reunião aberta aos deputados que queiram estar presentes.

3.3. Reunião do Conselho da União Europeia sobre Competitividade – agenda distribuída

O Presidente da Comissão, na sequência da distribuição da agenda da reunião em causa, a realizar em 5 de Dezembro de 2011 e que tratará as temáticas do Mercado Externo, Indústria, Investigação e Espaço, pôs à consideração a realização de uma reunião conjunta entre a Comissão de Assuntos Europeus, a Comissão de Educação e Ciência e o membro do Governo competente, eventualmente na semana posterior à data da realização do Conselho, considerando que esse procedimento é muito importante para um adequado acompanhamento das temáticas europeias. Não se registaram outras intervenções.

4. **Requerimento apresentado pelo BE**, para a audição dos directores artísticos durante o ano de 2011, designadamente Diogo Infante (TNDMII) Luísa Taveira (CNB) Martin André (TNSC) e Nuno Carinhas (TNSJ), sobre a suspensão da programação por falta de verbas.

A deputada Catarina Martins (BE) apresentou o requerimento, referindo, em síntese, que os teatros nacionais estão na eminência de suspenderem a sua programação, por falta de verbas,

pelo que entende que é fundamental ouvir os directores artísticos dos mesmos durante o ano de 2011, para se “compreender a situação vivida”.

Intervio de seguida a deputada Conceição Pereira (PSD), referindo que o Secretário de Estado da Cultura, na audição no âmbito do OE para 2012, informou que não haverá lay-off e explicou as razões de ter nomeado um novo director para o Teatro D. Maria II, esperando-se que o mesmo tenha criatividade para continuar com a programação. Assim, considerando que a Comissão já ouviu muitos agentes da área e o Secretário de Estado explicou detalhadamente as várias situações, pronunciou-se no sentido da desnecessidade da audição pretendida, continuando, no entanto, a Comissão, a acompanhar a matéria.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) corroborou a desnecessidade da audição, referindo ainda que, por princípio, entendem que o Parlamento deve ouvir a tutela.

O deputado Acácio Pinto (PS) defendeu que faz sentido ouvir os directores artísticos, dado que nunca há informação a mais, pelo que votarão a favor do requerimento.

A deputada Rita Rato (PCP) manifestou concordância com a audição e com a inexistência de informação a mais.

Por último a deputada Catarina Martins (BE) realçou que aquilo que se pede é a audição dos directores artísticos, que já viveram várias alterações e podem apresentar elementos muito válidos, até para se analisarem as propostas do Governo, entendendo que a audição do Secretário de Estado da Cultura não deu a mesma resposta.

Posto a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, tendo recolhido os votos a favor do PS, do PCP e do BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

5. Requerimento apresentado pelo BE, para a audição do Director Geral das Artes, sobre a informação ontem vinculada, do corte de 40% face ao acordado para 2012, para a criação e produção artística.

A deputada Catarina Martins (BE) apresentou o requerimento, referindo, em síntese, que a Direcção Geral das Artes comunicou às estruturas de produção e criação artística com protocolo plurianual de financiamento, que o financiamento para 2012, respeitante a todas as áreas artísticas, terá um corte de cerca de 40% e que este será negociado individualmente pela Direcção Geral com as entidades. Mencionou ainda que outras receitas destas entidades também foram reduzidas, o que as coloca numa situação global muito difícil. Manifestou também preocupação em relação à negociação individual, realçando que as entidades financiadas foram seleccionadas num concurso e a lei em vigor já prevê o acompanhamento, por uma comissão nomeada para o efeito e não pela Direcção Geral das Artes.

Intervio de seguida a deputada Conceição Pereira (PSD), referindo que os Grupos Parlamentares podem ir ao terreno ouvir as pessoas e realçando que todos puderam ouvir os esclarecimentos do Secretário de Estado da Cultura e a indicação de que todos os compromissos serão cumpridos, com rigor.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiu que houve sobre-orçamentação em 2009 e há meses que já se sabia que eram inevitáveis cortes, defendendo que a avaliação individual permitirá a negociação e fundamentação dos mesmos. Manifestou-se ainda no sentido de o Parlamento fiscalizar a tutela e não os Directores Gerais tutelados.

O deputado Acácio Pinto (PS) manifestou concordância com a audição deste Director-Geral, na sua qualidade de agente que executará as medidas da política cultural.

A deputada Rita Rato (PCP) referiu que por princípio o PCP não se opõe a nenhuma audição, embora entenda que em primeiro lugar devem ser ouvidos os membros do Governo e mencionou que os Grupos Parlamentares que o apoiam, por regra, se opõem às audições requeridas pelos restantes Grupos.

O deputado Amadeu Albergaria defendeu que não se tratando do exercício de um direito potestativo, com sujeição aos números limite previstos no Regimento, os Grupos Parlamentares podem votar contra a audição.

Por último a deputada Catarina Martins (BE) lembrou que na anterior legislatura o PSD pediu a audição do ex-Director das Artes, tendo o respectivo requerimento sido aprovado. Defendeu ainda que o Secretário de Estado da Cultura não deu informações sobre a possibilidade de o Director Geral das Artes ter este tipo de intervenção individual, contrariando os concursos.

Posto a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, tendo recolhido os votos a favor do PS, do PCP e do BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

6. Projecto de Resolução n.º 120 – BE - Recomenda ao Governo medidas que desencorajam praxes violentas e que apoiam os estudantes vítimas dessas praxes.

A deputada Catarina Martins (BE) apresentou a iniciativa, a que se seguiram as intervenções dos deputados Pedro Delgado Alves (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Duarte Marques (PSD), Rita Rato (PCP) e novamente Catarina Martins (BE).

A síntese do debate consta de informação, que se encontra em anexo à presente acta.

7. Petição n.º 43/XII/1ª – António Jorge Dias da Costa - Solicitam à Assembleia da República que delibere no sentido de ser reconhecida a experiência profissional dos docentes com mais de 16 anos de serviço docente, actualmente posicionados no 4º escalão, isentando-os da obrigatoriedade de terem aulas observadas

A relatora, deputada Isilda Aguincha (PSD) apresentou circunstanciadamente o relatório da Petição, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

8. Audiência ao Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas – 11h00

Em representação do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, esteve presente a seguinte delegação: Presidente – Fernando Gomes (Macau), António Fonseca (França), Luís Jorge (Venezuela), Ângelo Horto (Brasil), Amadeu Batel (Suécia), Silvério Silva (África do Sul) e Claudinor Salomão (EUA).

O Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência deu as boas-vindas aos representantes do Conselho das Comunidade Portuguesas (CCP), que agradeceram a disponibilidade da Comissão para agendar a audiência e apresentaram as dificuldades com que se debatem, lembrando que as comunidades portuguesas constituem um elemento fundamental no reforço e desenvolvimento da posição de Portugal no Mundo.

Reiteraram o interesse do CCP em integrar o Conselho Nacional de Educação, o que permitiria dar voz aos portugueses não residentes em Portugal e incluir a ponderação de outras estratégias e visões naquele órgão consultivo.

Lamentaram a ausência de uma política de língua para as comunidades, afirmando que não se encontram assegurados os direitos dos portugueses no Mundo. A este respeito, e concretamente em relação à portaria 914/2009, consideram que não permite a opção por modalidades de organização de ensino que melhor se enquadrem na realidade de cada comunidade e dos países de residência. Entendem ainda que o Instituto Camões não dispõe de uma estratégia de promoção da língua, encontrando-se mais vocacionado para a política cultural, que também não existe.

Em relação ao Ensino Português no Estrangeiro, chamaram a atenção para a inexistência de orientações programáticas específicas para as comunidades e para a falta de materiais didácticos adequados, pelo que defendem a criação de um projecto autónomico para as comunidades portuguesas.

Entendem ainda que a língua e a cultura deveriam ser integradas na Secretaria de Estado da Cultura e não no Ministério dos Negócios Estrangeiros, que não conhece as necessidades das comunidades nestas áreas.

Consideraram ainda que a nova emigração exige medidas do Governo, sob pena de se extinguir o ensino do Português como língua materna e, conseqüentemente, de se ameaçar o vínculo entre a Diáspora e Portugal. A este propósito, entendem que é grave não ser possível aprender Português, quando se tem interesse nessa língua, reconhecendo que os dois modelos são válidos (língua materna e língua estrangeira), cabendo aos pais a decisão sobre a escolha.

Referiram-se aos cortes previstos para o Ensino Português no Estrangeiro, estimando-se o despedimento de 50 professores, a não substituição por aposentação ou licença de maternidade, o que afectará cerca de 2000 alunos, que ficarão sem aulas.

Além do Senhor Presidente, intervieram na audiência os Deputados Acácio Pinto (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Maria João Ávila (PSD) e Rita Rato (PCP), que agradeceram a presença dos representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas e apresentaram a posição dos respectivos grupos parlamentares em relação às questões expostas.

Esclareceram ainda que a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, ainda que não sendo a competente nestas áreas, acompanhará as preocupações apresentadas, em articulação com as Comissões competentes.

A [informação](#) relativa à audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na página da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Internet.

11. Outros assuntos

12. Data das próximas reuniões

Dia 23.Novembro.2011 - 14h30 - Audiência com a Associação Nacional de Professores de Informática

A reunião foi encerrada às 12:50 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Palácio de São Bento, 23 de Novembro 2011

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Acta aprovada na reunião da Comissão de 06 de Dezembro de 2011.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Jorge
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
António Serrano
Catarina Martins
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Jacinto Serrão
Maria Ester Vargas
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Mónica Ferro
Rita Rato
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Nilza de Sena

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Informação
[Projecto de Resolução n.º 120/XII \(1ª\)](#) – (GP/BE)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º1 do RAR, em reunião da Comissão de 23/11/2011

Recomenda ao Governo medidas que desencorajam praxes violentas e que apoiam os estudantes vítimas dessas praxes.

1. Os oito Deputados do Grupo Parlamentar do BE tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução (PJR) n.º 120/XII (1.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do nº 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 02 de Novembro de 2011, tendo sido admitida no dia 03 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
3. O Projecto de Resolução foi objecto de discussão na Comissão, na reunião de 23 de Novembro de 2011.
4. A discussão ocorreu nos seguintes termos:

A Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o Projecto de Resolução, referindo que na sequência da aprovação na Comissão, em 2008, de um relatório sobre “As praxes académicas em Portugal”, da autoria do BE, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior recomendou às instituições de ensino superior que as praxes não fossem permitidas dentro do recinto das mesmas, tendo havido alguma evolução nesta prática.

Acrescentou ainda que, não obstante isso, continuam a existir muitas situações de praxes violentas, embora em grande parte dos casos ocorram fora das instalações dos estabelecimentos de ensino, desresponsabilizando as suas direcções, verificando-se igualmente falta de esclarecimento aos alunos sobre o facto de a sujeição à praxe ser voluntária. Nessa sequência, decidiram retomar as propostas de 2008, vertendo-as nas recomendações constantes do presente Projecto de Resolução, as quais explicitou individualmente.

O Deputado Pedro Delgado Alves (PS) referiu que o PS concorda com o Projecto de Resolução atenta a preocupação fundamental do mesmo em relação à praxe violenta, bem como à clarificação da voluntariedade da sujeição dos alunos à mesma, independentemente da discussão de maior alcance em torno do real impacto da praxe enquanto elemento de integração dos estudantes, tendo em conta a forma como hierarquiza as relações entre estudantes mais velhos e privilegia uma posição de predomínio destes face aos caloiros. No que respeita à verificação de fenómenos de violência nas praxes, deu ainda nota de que é muitas vezes possível detectar práticas discriminatórias no seu seio, tendo dado o exemplo de denúncias de praxes homofóbicas nalgumas instituições.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) manifestou concordância com a preocupação em relação às praxes, embora referindo que o fenómeno é visto de forma diferente consoante a experiência de cada pessoa. Informou ainda que o CDS-PP não votará a favor porque entende que as recomendações nºs 1 e 2 podem envolver aumento de despesa pública e esta não foi acautelada no Orçamento do Estado para 2012.

O Deputado Duarte Marques (PSD) referiu que por princípio o PSD não é contra a praxe integradora, mas sim contra a praxe violenta, involuntária e humilhante que desrespeite os direitos individuais de cada pessoa. O actual Projecto de Resolução acompanha o relatório de 2008, e regista que desde essa data houve uma grande evolução, na sequência das recomendações do Ministro Mariano Gago e do Relatório de então aprovado por esta mesma Comissão. Acrescentou que não concordam que o estudo nacional proposto tenha que ser obrigatoriamente pago pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) podendo até ser gratuito e feito por instituições de ensino superior sob pedido do MEC. Ressalvando a autonomia das universidades, o PSD concorda que o MEC recomende um modelo/guia

de panfleto tal como sugerido pelo projecto de resolução em discussão. Por outro lado, o PSD discorda da necessidade de criar uma nova rede de gabinetes de apoio psicológico em todas as escolas para acompanhar as incidências das praxes pois actualmente já existem gabinetes de apoio psicológico em todas as instituições de ensino superior em Portugal.

Mencionou ainda que os piores exemplos de praxes são de escolas novas e que há necessidade de reequacionar porque razão as praxes têm vindo a atingir actos de violência e a educação dos jovens os leva a esta situação. A praxe é auto-regulada em muitas instituições e esse é o caminho que deve ser seguido.

A deputada Rita Rato (PCP) acompanhou a questão levantada de se dever reequacionar a razão destas práticas e a sua aceitação, referindo ainda que é preciso ter em conta que a proibição das praxes pode limitar o exercício dos direitos democráticos, designadamente de associação e manifestação.

Por último a deputada Catarina Martins (BE) reiterou a evolução verificada, referiu que actualmente há mais escolas e novos efeitos por as praxes serem feitas fora das escolas, desvalorizou os custos do estudo a realizar pelo Ministério da Educação e Ciência e manifestou abertura para equacionar as alterações que os restantes Grupos Parlamentares apresentem em relação às recomendações.

5. Realizada a discussão, cuja gravação áudio será disponibilizada no processo do Projecto de Resolução, na Internet, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação do Projecto de Resolução na sessão plenária, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 23 de Novembro de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(José Ribeiro e Castro)